

Inserção Profissional: contribuições dos estudos franceses

Autoria: Valmiria Carolina Piccinini, Sidinei Rocha de Oliveira

Resumo

A inserção profissional, de maneira geral, tem sido um dos principais problemas com que se debate a juventude contemporânea, problema que se agrava quando se considera diferenças de gênero, etnia, deficiências físicas, mentais, etc. No entanto, apesar da ampliação dos estudos empíricos sobre esta temática, a inserção profissional continua a ser, ainda hoje, uma noção fluida e incerta à procura de uma definição conceitual baseada numa “teoria da inserção” que também está por ser construída. Assim, este artigo tem por objetivo analisar as diferentes abordagens do conceito de inserção profissional na literatura francesa e fazer algumas inferências sobre como estas podem contribuir para os estudos sobre o tema no Brasil. Ao final, buscamos lançar algumas idéias sobre os múltiplos contextos nos quais se constrói a inserção no profissional no Brasil, entretanto estas são apenas reflexões iniciais para destacar a diversidade e amplitude de possibilidades de tratar o tema em nossa sociedade. Assim, faz-se necessário ampliar esta discussão e aprofundar os trabalhos sobre os modelos de inserção de cada grupo juvenil, pois se trata de múltiplos atores que enfrentam o mesmo problema e que têm entre si a característica de serem jovens. É neste momento de inserção que começam a se construir as relações de trabalho que vão caracterizar toda uma geração de trabalhadores.

Introdução

A cada novo ciclo de mudanças do capital observam-se significativas transformações nas esferas econômicas, sociais e políticas, com destaque para aquelas que refletem diretamente sobre a organização dos mercados de trabalho¹ e, conseqüentemente, sobre os trabalhadores. As inovações da revolução Científico-Técnica (SANTOS, 1987) que se desenvolve no pós-guerra têm revelado uma fase mais intensiva no uso de tecnologia e poupadora de mão-de-obra. Os novos arranjos produtivos do capital necessitam cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de atividades fragmentadas (terceirizadas, em tempo parcial, a domicílio, etc.), em franca expansão em todos os setores da economia.

Tais mudanças incidem mais notadamente sobre os grupos que já se encontram em desvantagem na sociedade (mulheres, idosos, jovens, deficientes, negros, etc.) (ANTUNES, 2003), que somam essas dificuldades aos preconceitos que já sofrem no contexto em que vivem. O sistema capitalista, enquanto um sistema de desigualdades reforça a separação entre os atores sociais pelas características pelas quais se diferenciam: gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, entre outros. Por meio das transformações em curso, a mão de obra juvenil assume a função de vetor de transformação estrutural das normas de trabalho e emprego e da emergência de novos modelos de gestão e de emprego caracterizadas por forte insegurança e distribuição desigual, questão de “adaptação” que pode se estender as gerações futuras (MARCHAND, 2004)

A inserção profissional de grupos em dificuldade têm sido, desde o início da década de 1980, uma das principais preocupações dos poderes públicos, estando na origem do crescimento de um conjunto diversificado de medidas no âmbito das políticas de emprego e de educação/formação. A inserção profissional, de maneira geral, tem sido um dos principais problemas com que se debate a juventude contemporânea, problema que se agrava quando se considera diferenças de gênero, etnia, deficiências físicas, etc. No entanto, apesar da ampliação dos estudos empíricos sobre esta temática, a inserção profissional continua a ser, ainda hoje, uma noção fluida e incerta à procura de uma definição conceptual estabilizada, baseada numa “teoria da inserção” que também está por ser construída.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar as diferentes abordagens do conceito de inserção profissional, sobretudo na literatura francesa e fazer algumas inferências sobre como estes podem contribuir para os estudos sobre o tema no Brasil. Optou-se por ter como foco central no referencial a literatura francesa em razão da longa tradição em estudos sobre inserção profissional de jovens de diferentes grupos sociais realizados naquele país. Busca-se destacar os diferentes modos de compreender esta inserção e como estes contribuíram para aprofundar a compreensão do assunto. Para finalizar, faz-se uma breve discussão sobre como estas abordagens podem contribuir para discussão sobre inserção profissional no Brasil.

Parte-se da idéia de que a inserção profissional é um momento de fundamental importância, pois trata-se da aprendizagem das relações de cada grupo dentro do ambiente de trabalho. Este processo de socialização secundário é a continuidade do aprendizado trazido da família e de grupos primários de referência sobre o ambiente de trabalho. A partir da inserção profissional que se estabelecem os modos de pensar e de agir na esfera do trabalho.

1. O estudo sobre inserção profissional

A inserção profissional é recente como tema de pesquisa e surge em um contexto em que se apresentam múltiplas interpretações para o momento que busca representar: entrada na vida ativa, transição profissional, transição da escola-trabalho, entre outros. Do ponto de vista semântico, estas expressões seriam equivalentes. No entanto, cada um destes conceitos surgiu em um momento específico, dentro de um corpo social particular (ALVES, 2002), aqui iremos nos centrar no desenvolvimento do conceito de inserção profissional.

Tal conceito começa a ser utilizado na França na década de 1970, como uma substituição à expressão entrada na vida ativa (*entrée dans la vie active*) utilizada na década anterior (NICOLE-DRANCOURT, 1996). A entrada na vida ativaⁱⁱ entendida como o início, o princípio de uma vida profissional é o que melhor corresponde à perspectiva privilegiada pelos estudos na França na década de 1960, sendo uma das linhas de investigação que orienta os trabalhos produzidos nas condições em que ocorre a entrada na vida ativa dos jovens operários mais desfavorecidos.

O termo inserção profissional surge na década seguinte, primeiramente em textos legislativos e depois em estudos sobre as dificuldades com que um número crescente de jovens se confronta quando termina a sua formação e pretende ingressar no sistema de emprego, dificuldades essas que contribuem para que a passagem do universo da educação/formação para o mundo do trabalho deixe de ser um acontecimento biográfico instantâneo, para passar a ser um processo longo e complexo (NICOLE-DRANCOURT; ROULLEAU-BERGER, 2002). Para Charlot e Glasman (1998), a noção de inserção, constitui antes de tudo, uma noção de debate social e político, historicamente datado e semanticamente fluido, sendo de difícil separação da noção correlativa de exclusão que atribui uma visão de divisão particular, do social que são aqueles inseridos; integrados ao emprego e à vida social, e aqueles que são excluídos de ambos.

Desta forma, deve ser destacado que o termo inserção profissional refere-se a um conceito construído e adotado pelas comunidades política e científica francesa para explicar um fenômeno social que passava a ser preocupação do interesse público. A seguir busca-se apresentar como se desenvolveram os estudos sobre inserção profissional no contexto francês e as principais abordagens utilizadas nos mesmos

2. A inserção como objeto de estudo: contribuições da visão econômica

Tendo por objetivo ampliar os estudos sobre inserção profissional no final da década de 1970 foi criado o CEREQ (*Centre d'études et recherches sur les qualifications*), o qual

visava monitorar o ingresso dos egressos do sistema de ensino no mercado de trabalho. A abordagem dos estudos do CEREQ é predominantemente estatística, considerando números absolutos e indicadores (tempo de ingresso no primeiro posto, salário, etc.) para avaliar a inserção profissional. A visão de inserção considerada é, de modo geral aquela expressa por Vernières em uma obra coletiva do centro:

“Inserção profissional é o processo pelo qual os indivíduos que jamais participaram da população ativa ingressam em uma posição estável no sistema de emprego” (VERNIERES, 1997, p. 3)

Esta noção proposta pelo autor considera a inserção como um processo, que tem como ponto final o encontro do posto formal no sistema de emprego. Esta noção de inserção profissional requer que sejam eliminados da análise os desempregados que, em um período anterior, já tenham passado pelo processo de inserção, bem como as mulheres que buscam mais tardiamente e jovens que realizam trabalhos sazonais durante o período de férias, trabalhos estes apenas para ganho financeiro e que não estão ligados à sua formação profissional. O conceito de inserção profissional proposto está diretamente relacionado ao término dos estudos e a busca de um posto com uma relação direta com o curso realizado (VERNIERES, 1997).

O autor ainda destaca que os egressos de algumas carreiras profissionais não encontram posto próximo do seu curso de formação. No entanto, mesmo neste caso haveria também inserção profissional, apesar de tratar-se de uma disfunção, que poderia ser analisada como o fracasso na inserção dentro do campo de atuação pretendido.

Um aspecto importante ressaltado pelo autor e que é bastante ilustrativo de como a inserção profissional se desenvolve na sociedade francesa diz respeito a sua relação com fatores econômicos conjunturais de determinado período. Assim, em períodos de grande oferta de emprego o processo de inserção profissional ganha menos importância, uma vez que os jovens que saem do sistema de ensino são imediatamente absorvidos pelas empresas diretamente em contratos estáveis. A fase de inserção é internalizada nas empresas, que assumem seus custos. Já em períodos de escassa oferta de postos de trabalho, a redução dos empregos e o menor custo dos trabalhadores experientes explicariam o maior crescimento do desemprego dos jovens. As empresas, ao contratarem menos e diante de uma situação econômica mais difícil tendem a recusar assumir os custos deste período de inserção, transferindo-os para o poder público, que passa a intervir por meio de programas de estímulo à inserção (VERNIERES, 1997).

Para Vernières com a crise no emprego se desenvolveram formas particulares de trabalho, ou empregos atípicos, tais como as terceirizações, contratos de duração determinada, entre outros. Em termos jurídicos, ocupar estes postos, representa um indicador de que o processo de inserção ainda não foi concluído e que este ocorre de modo difícil. Os trabalhos voltados à entrada na vida ativa utilizam sistematicamente as porcentagens de empregos estáveis e precários para analisar a qualidade do processo de inserção. Estas formas particulares de emprego são seguidamente utilizadas como longos períodos de teste ou de pré-emprego definitivo. É importante distinguir entre contratos de duração determinada precária e pré-emprego. Da mesma forma é difícil analisar a situação dos estágios no interior das empresas, pois os estagiários permanecem em tempo parcial nas empresas, são remunerados abaixo das normas convencionalmente estabelecidas, não têm necessariamente um estatuto jurídico e, algumas vezes, são detentores de contratos de trabalho específicos que se assemelham a contratos de trabalho.

Deste modo nas análises sobre inserção se destacam dois elementos chave: o papel dos sistemas de gestão do emprego pelas empresas e a situação do mercado de trabalho. De um lado, a situação do conjunto do mercado de emprego, diretamente ligada à evolução

macroeconômica e às escolhas organizacionais e sociais da sociedade considerada, determina o contexto global do processo de inserção - o que pode se notar claramente em períodos de pleno emprego e subemprego como expresso acima. De outro lado, as características locais do mercado de trabalho pesam sobre a inserção, como a importância de levar em consideração as estratégias de gestão de mão-de-obra utilizada pelas empresas de cada setor ou região. Nas regiões ou nos ramos específicos nos quais predominam as firmas que recorrem a estratégias de flexibilidade, baseada sobre uma forte rotação de mão-de-obra, o processo de inserção se caracteriza pela alternância entre empregos precários e desemprego. Quando predominam empresas que privilegiam a flexibilidade interna, fazendo chamado à capacidade de adaptação dos trabalhadores estáveis, a inserção se caracteriza por um número menor de passagem pelos diversos estágios (VERNIERES, 1997).

No entanto, as empresas, os governos e as mudanças conjunturais não são os únicos atores da inserção, há também aqueles que estão institucionalizados. A inserção é regida por diversas regras formais e se transformou em um mecanismo que não pode ser negligenciado na regulação de cada sociedade. Estes múltiplos atores têm lógicas de comportamento bastante diferentes, suas formas de intervenção são variáveis e algumas entre estas não dizem respeito apenas as pessoas em curso de inserção profissional.

Para o autor a influência de diversos atores no momento da inserção torna este momento ainda mais complexo, complexidade esta que é agravada no plano analítico pela existência de noções próximas que interferem com suas análises algumas vezes inexatas, é o caso de fenômenos de reinserção profissional e redirecionamento de carreira. Nestes casos não se trataria de inserção, mas de uma transição profissional na qual o indivíduo já possui conhecimento anterior sobre o funcionamento do mercado de trabalho e já havia ocupado um posto formal.

Além disso, para Vernières (1997), a inserção profissional deve ser distinguida de inserção social, apesar de ser um importante componente desta. Em períodos de pleno emprego, uma “baixa” inserção social não é obstáculo para inserção profissional, que uma vez bem realizada pode ajudar o indivíduo na inserção social. Já em períodos de subemprego, a lentidão e dificuldades encontradas durante a inserção profissional não é necessariamente um sinal de problema de inserção social, mas sim um reflexo de problemas econômicos conjunturais mais amplos.

Embora o autor proponha uma visão dinâmica da inserção, tratando-a como processo e considere a importância de diferentes atores que interferem neste processo, bem como de normas institucionais característicos de cada sociedade, a visão predominante é econômica e centrada na maximização da capacidade produtiva do indivíduo. Como o próprio autor salienta: “*a inserção profissional é um processo que além de sua eventual duração e da complexidade concreta, corresponde a uma finalidade econômica: aquisição de uma qualificação demandada pelo sistema produtivo*” (VERNIERES, 1997, p. 11) e mais adiante “*O período de inserção é, por definição, o tempo onde a eficiência produtiva dos novos ativos é inferior às normas de emprego estabelecidas que eles ocupam ou podem ocupar*”. Nesta concepção é apresentada apenas uma possibilidade de caminho pelo qual o indivíduo, economicamente interessado deve prosseguir até que obtenha ou não sucesso na sua empreitada rumo a um posto fixo.

Nesse sentido, os indivíduos são os principais responsáveis por suas vidas, e, do ponto de vista dos economistas suficientemente racionais e capazes de tomar a melhor decisão entre as várias que se apresentam em um universo de possibilidades conhecidas e classificáveis. Esta perspectiva atribui aos indivíduos a capacidade de arbitrar entre trabalho, lazer e busca por emprego segundo um cálculo de otimização sobre um longo período de vantagens de cada uma destas escolhas (ROSE, 1998)

Esta concepção marcou (e ainda marca) decisivamente a forma como é analisada a problemática da inserção profissional nos estudos realizados pelos pesquisadores do CEREQ, conduzindo inevitavelmente a uma associação entre a inserção profissional e a transição entre inatividade, desemprego e emprego. As análises que marcam a década de 1990 trabalham sobre valores salariais e as movimentações individuais, apresentando as mobilidades entre inatividade e emprego como resultado de uma decisão simples, pautada na ação individual. Estas movimentações entre estes três estados se daria a partir da utilidade a eles auferida pelos indivíduos (jovens) em diferentes momentos da vida. Assim, os jovens se guiariam por períodos de atividade e inatividade – muitas vezes representada pelo retorno aos estudos – de acordo com interesses (pessoais ou profissionais) particulares antes de encontrar um posto estável (NICOLE-DRANCOURT; ROULLEAU-BERGER, 2006).

Contudo, esta definição de inserção limita a abordagem desse processo aos momentos imediatamente posteriores à passagem dos sujeitos pelo sistema de ensino/formação, ficando restrita a uma inserção inicial e levando em conta um único modelo de contrato de trabalho.

Para Rose (1998), tal análise, que aparentemente apresenta uma complexa construção teórica revela uma concepção limitada do sujeito. Deste ponto de vista, cada indivíduo teria interesses próprios, mas todos decidiriam da mesma forma. Estes indivíduos puramente racionais seriam atores desvinculados socialmente e sem história própria ou coletiva.

Acredita-se que a noção de inserção profissional não deve ficar limitada a compreensão do momento de entrada dos indivíduos no mercado de trabalho após a sua passagem pelo sistema de educação/formação, uma vez que ela depende de um processo marcado por uma diversidade de fatores, ao longo do qual se configura uma dada situação profissional, a qual desempenha, por seu lado, um papel estruturante e/ou estruturador no desenvolvimento da vida produtiva de cada indivíduo. Neste sentido, as questões relacionadas com a inserção profissional deverão ser analisadas na articulação entre a situação profissional que caracteriza os indivíduos num determinado momento, as condições que estão na origem dessa situação profissional e o modo como ela pode configurar a trajetória profissional posterior (CORDEIRO, 2002).

Da abordagem econômica é importante salientar que a inserção profissional aparece como um dos importantes mecanismos do modo de regulação de cada sociedade. A contínua crise do emprego e as transformações no trabalho tornam a análise do problema ainda mais complexo e está levando a institucionalização de novos modelos de inserção, seja pela emergência de novas regras formais relacionadas com os estágios ou pelo crescimento da importância de instituições de orientação e intermediação entre os atores.

3. A inserção como objeto de estudo: contribuições da visão sociológica

A abordagem sociológica sobre a inserção profissional, que se desenha principalmente a partir dos anos 1990, traz novos elementos para a discussão, tratando o tema sob diferentes enfoques:

- a) maior ênfase no sujeito, destacando sua história particular e como esta se relaciona com os eventos sociais do período de experiência vivida pelo jovem estudante-trabalhador. O indivíduo é entendido como alguém que participa da sociedade na qual vive sofrendo a ação dos eventos maiores que a caracterizam, mas também modificando-a.
- b) destaque para as transformações na esfera do trabalho e como estas se refletem sobre os jovens. Crescimento das atividades precárias entre os jovens em fase de inserção e ampliação de “pequenos trabalhos” antes de estabilizar sua situação,

sendo este período vivenciado com maior risco de exclusão (GALLAND, 1990; 2000)

- c) abordagem como processo mostrando a impossibilidade de julgar uma situação a partir de um determinado estado, apresentando uma diversidade de caminhos que uma situação inicial comum pode desenvolver. Em um sentido diferente da vertente econômica o processo de inserção não tem apenas uma trajetória na qual pode-se ter ou não sucesso.
- d) desenvolvimento relacional. No início as teorias sociológicas se apresentavam ou numa vertente estruturalista/determinista ou, em outro extremo, individualista. Mais tarde por volta dos anos 1980, passa-se a buscar uma análise relacional entre as estruturas do contexto e as estratégias dos atores.

Considerando alguns destes fatores, Vincens (1996) entende a inserção profissional como uma mudança de estado, sucessão de eventos individuais e processo de passagem, destacando a definição objetiva e subjetiva dos estados iniciais e finais. Assim, de uma pesquisa a outra, o estado inicial pode ser o momento de entrada na vida ativa, de saída do sistema educativo, o momento de obtenção do diploma ou o início dos estudos profissionalizantes. Quanto ao estado final, ele pode ser o primeiro emprego, o emprego estável, emprego com uma correspondência com a formação, emprego considerado como uma verdadeira inserção pelo próprio indivíduo, o estado adulto, o momento onde é assegurada a integração profissional, o momento percebido como uma estabilização, no momento onde a taxa de desemprego retorna a um nível médio.

Para Charlot e Glasman (1998) deve ser destacado que as trajetórias dos jovens atualmente refletem um alongamento do período de inserção. Além disso, é fundamental considerar que a transformação foi bem mais profunda e está articulada com outros fatores de mudança social: a inserção não se apóia hoje apenas dêem uma lógica de articulação de espaços, na qual as fronteiras são menos definidas, mas de uma lógica temporal de percurso.

Assim, para os autores a inserção profissional dos jovens hoje apresenta três características: a) o posicionamento na divisão social do trabalho é cada vez menos protegida pela garantia que anteriormente era alcançada pela posse do diploma. Os diplomas permanecem sendo requeridos, e de alguma forma, têm uma importância cada vez mais marcante, mas deixaram de representar direitos de diferenciação para ocupação de um posto; b) o custo de adaptação ao mundo do trabalho em geral aquele do emprego, não é mais assumido pela empresa, este passa a ser responsabilidade de dispositivos públicos (estágios, contratos de aprendizagem, primeiro emprego) e sobre o próprio jovem e sua família; c) o jovem não pode imaginar encontrar um trabalho que apresente certa estabilidade se não possuir alguma experiência profissional, mas precisa desenvolver alguma atividade produtiva que seja reconhecida como experiência (CHARLOT; GLASMAN, 1998).

Nesse sentido, o desenvolvimento do conceito *inserção profissional* na literatura francesa não pode ser analisado sem levar em consideração outros aspectos da problemática que marcam essa sociedade como a importância atribuída ao trabalho assalariado, que se tornou predominante nos países desenvolvidos no pós-guerra e a preocupação com a exclusão social (ALVES, 2002).

O trabalho assalariado está na base de uma condição estável que relaciona o trabalho a garantias e direitos individuais e que possibilita desenvolver o projeto de uma carreira profissional, erigindo sobre o trabalho a construção de uma perspectiva de futuro e de controle sobre as inseguranças sociais. Sendo considerado o elemento fundamental de atribuição estatutária nas sociedades ocidentais, o emprego constitui-se, também, num fator de coesão social e numa condição que assegura a integração social e cívica dos indivíduos (CASTEL, 1999). O trabalho assalariado é a fonte da dignidade e do estatuto social, uma vez que é por

meio dele que os indivíduos participam da sociedade, estabelecem e mantêm a maior parte das relações sociais, mas é também através dele que o bem-estar é garantido, que o acesso aos benefícios sociais é assegurado e que o futuro se torna mais previsível.

Assim, no modelo de relação de trabalho estabelecido na sociedade salarial, notadamente a francesa, o emprego assegura a estabilidade financeira e econômica, bem de relações sociais, a organização do tempo e do espaço e uma identidade. Além disso, possibilita a participação na esfera do consumo, permite a integração social e cívica pelas relações sociais que se intensificam, pelo estatuto que confere e pelo acesso que assegura aos direitos e às garantias sociais. Desta forma, numa sociedade onde o emprego estável e em tempo integral tornou-se o meio de alcançar direitos econômicos, sociais e políticos, a sua redução (ou desaparecimento) e a proliferação de formas precárias levam a um choque social, levando a reflexões que Castel (1999) chamou de «nova questão social».

Nesse sentido, pode-se compreender como este papel alcançado pelo emprego e as transformações pelas quais têm passado conduzem a novos caminhos a discussão sobre inserção profissional, conferindo a esta status de problema social na contemporaneidade. As dificuldades encontradas pelos jovens na passagem para o sistema de emprego não têm apenas repercussões sobre o adiamento da entrada na idade adulta e o conseqüente prolongamento da juventude (GALLAND, 1990; 2000; 2007) mas também acabam por atrasar o acesso ao estatuto de cidadão de pleno direito, conferido pela inscrição na sociedade salarial. Desta forma, contrariando a proposta de Vernieres (1997) a compreensão do termo inserção profissional remete para um campo semântico complexo onde se interrelacionam as várias dimensões da noção de integração, e a inserção profissional relaciona-se com a sua integração econômica, social, cívica e simbólica (ALVES, 2002).

O desemprego crescente e a precariedade gerada pelas novas formas de trabalho são os fenômenos que estão na base do desmoronamento da sociedade salarial e, em conseqüência, do crescimento da exclusão social. Esta recebe dos autores franceses uma abordagem que foca na fratura profunda que se estabelece entre os incluídos e os excluídos no mercado de trabalho.

A exclusão social, ou desfiliação é um processo que se desenrola em várias fases: a fragilidade, a dependência e a ruptura. A fragilidade tem origem em dois tipos de fenômenos: o desemprego de longa duração que, na população adulta, provoca um sentimento de desclassificação social; e as dificuldades de inserção profissional, vividas por uma população jovem que entre empregos precários, “biscates” e medidas públicas de emprego-formação vai perdendo a esperança de encontrar um emprego formal, instalando-se um sentimento de humilhação, de fracasso, de culpabilidade e de inferioridade social. Sem trabalho, perde-se também o estatuto de trabalhador, a organização do tempo e do espaço, as relações com os colegas levando a uma ruptura. Se esta ausência de emprego é de longo prazo, recorre-se aos serviços de assistência, dando início a uma nova fase: a da dependência.

A exclusão social de modo geral é um processo que tem no cerne o mundo do trabalho e os jovens, especificamente os pouco escolarizados, que são considerados, como um grupo particularmente vulnerável às tensões criadas no mercado de trabalho como a falta de empregos e os postos precários. É com esta visão do emprego que afasta e protege da exclusão e a com a idéia de que os jovens têm dificuldades crescentes na passagem para o sistema de emprego que o termo inserção profissional adquire um novo significado: inclusão. A inserção profissional passa a corresponder a inclusão profissional, ou seja, a inscrição dos jovens na esfera do trabalho é condição básica para evitar o seu envolvimento em processos que possam culminar numa exclusão social. Nesse contexto cresce e amplia-se a discussão sobre grupos que além de serem jovens também apresentam algum outro dificultador social, tal como os negros, imigrantes, deficientes físicos, etc

Nesta visão, a inserção dos jovens está relacionada com as mudanças que ocorrem em um contexto social maior, com destaque para aquelas que afetam a esfera do trabalho e do ensino. A elevação do tempo de estudo, a desvalorização dos diplomas e o rebaixamento profissional são elementos que estão da base da discussão sobre inserção na França. A proposta de manter os jovens o máximo possível no sistema de ensino retardando sua entrada no mercado de trabalho levou a um aumento das expectativas com o ingresso no mercado de trabalho; expectativas que não foram atendidas, ao contrário resultaram numa desvalorização do nível dos diplomas e no rebaixamento de alguns grupos profissionais (COHEN, 2007).

O processo de transformação das normas do trabalho é a marca de uma forte segmentação das trajetórias de acesso ao emprego. Para alguns jovens, as formas atípicas de trabalho aparecem por vezes precoces e duráveis. As trajetórias construídas sobre a alternância de trabalho temporário implicam o rebaixamento, o desemprego, o trabalho em tempo parcial com retorno aos estudos. As alterações das normas de emprego e de salário dos jovens traduzem um reforço dos efeitos da segmentação do mercado de trabalho, mas também as transformações profundas destas normas para uma geração inteira (FONDEUR, LEFRESNE, 2000). De uma problemática mais geral de transformações das normas de emprego, os jovens podem se considerar, então, os de transformação estrutural das normas de trabalho e emprego e da emergência de novos modelos de gestão e de emprego caracterizadas por forte insegurança e distribuição desigual, uma questão da adaptação que pode se estender as gerações futuras (MARCHAND, 2004).

Considerando a diversidade de modos de inserção que se desenvolvem a partir das novas formas de emprego, Cordeiro (2002) assume a noção de inserção profissional analisando as questões relacionadas com a gestão diferenciada da mão-de-obra por parte das empresas. O autor parte da idéia que a estruturação da inserção pela oferta de postos do mercado de trabalho se desenvolve por meio das práticas de gestão dos recursos humanos das empresas. Segundo esta hipótese as empresas estabelecem diferenciações, em maior ou menor grau, entre categorias de trabalhadores, independentemente das forças concorrenciais que operam no mercado.

Segundo o autor haveria diferentes lógicas de inserção em função de diferenciadas estratégias adotadas pelas empresas: escolha entre flexibilidade interna ou externa, modalidades de renovação dos trabalhadores, recomposição das qualificações, exigência de experiência profissional, realização de formação contínua, maior ou menor grau de autonomia profissional, contratos de trabalho estáveis ou em tempo parcial, etc., constituem, entre outras, medidas de política de gestão da mão-de-obra de uma empresa que influenciam decisivamente a inserção profissional dos indivíduos.

Além disso, Cordeiro propõe que a inserção profissional não estaria restrita apenas ao momento de ingresso na empresa, mas teria dois momentos: a *inserção na empresa* propriamente dita (políticas de recrutamento), e os processos de *pós-inserção*, nomeadamente através da análise das práticas de gestão de mão-de-obra nas empresas (políticas de utilização de mão-de-obra). Ou seja, esta abordagem de inserção profissional entendida como um estado intermediário, que tem duração determinada, sofre a influência da especificidade dos contextos onde ocorre e prefigura uma situação futura.

Assim, a conjugação de algumas das dimensões definidoras da gestão de mão-de-obra (regulamentação dos contratos de trabalho, modalidades de pagamento dos salários, formação profissional, modalidades de progressão, etc.) pode dar origem a dois modelos de inserção: a “inserção profissional qualificante” e a “inserção profissional não qualificante”.

a) Na inserção profissional qualificante a empresa busca desenvolver uma política voltada para a valorização dos seus recursos humanos (políticas seletivas de proteção dos seus trabalhadores, contratos estáveis, de condições de trabalho satisfatórias, políticas de formação

intra-empresa, sistema de progressão nas carreiras, etc.), contribuindo, assim, para o desenvolvimento das competências individuais e coletivas dos seus trabalhadores.

b) Na inserção profissional não qualificante apresenta-se um conjunto de características opostas — existência de contratos precários, pouca ou nenhuma política de formação dentro da empresa, falta de sistema de progressão nas carreiras claro e bem definido, com elementos salariais baixos, etc. —, que contribuem para uma crescente desvalorização dos trabalhadores.

A proposta de Cordeiro amplia a análise sobre inserção no atual contexto considerando as organizações e as políticas de recursos humanos elementos centrais do processo. De fato, a diversidade de contratos de trabalho encontrada atualmente reflete tanto políticas ou estratégias autônomas das empresas quanto questões mais gerais de gestão de mão-de-obra. Nesse sentido, a gestão de mão-de-obra da empresa nas suas relações com o mercado de trabalho resulta da influência de regras internas de gestão de mão-de-obra, bem como de modos de gestão externos.

De modo geral, dentro da perspectiva sociológica considera-se o jogo dos diferentes atores (empresas, governo, organizações de recrutamento, etc.), bem como as mudanças econômicas e sociais na formação de diferentes modos de inserção. Nesse sentido, o conceito de inserção dificilmente seria compreendido a partir de uma abordagem mais generalista, pois esta pode estar influenciada pelas ações e regras estabelecidas para diferentes grupos profissionais e ocorrer de modo distinto em diferentes regiões geográficas.

4. A inserção como objeto de estudo: Abordagem construtivista

Embora permaneça com a abordagem sociológica, Dubar desenvolve o conceito de inserção profissional que deve ser tratado de acordo com cada contexto histórico e cultural. Assim, ao analisar a discussão sobre inserção no contexto francês o autor destaca:

“a situação de passagem” pré-programada (tão diferente da situação presente de inserção aleatória) do sistema de ensino à vida de trabalho era ela própria o produto de uma transformação histórica maior que foi se construindo ao longo do tempo, mas que foi fortemente acelerado, sob o efeito da legislação, no fim do século XX” (DUBAR, 2001, p. 24).

Assim, é criado um espaço ("pós-escolar") considerado intermediário entre a escola/universidade e o mundo do trabalho, o sistema de ensino e o sistema de emprego que deixa de ser orientado por uma "adequação formação-emprego" característico dos estudos e políticas públicas nas décadas de 1980 e 1990. Este novo momento é reconhecido como uma nova idade da vida ("pós adolescência" ou juventude) considerada intermediário entre a adolescência e a idade adulta, entre o momento de estudo e o de trabalho. Neste novo espaço, a competição torna-se o seu desafio principal (mas não exclusivo: a escolha de um parceiro, a instalação num alojamento, a decisão de fundar - ou não - uma nova família são também desafios deste período da vida).

Este novo momento da vida individual é uma construção da história francesa, a juventude que está no centro da discussão sobre inserção profissional que se desenvolve no país ao longo dos anos 1970 e 1980. A dificuldade de ingresso no mundo do trabalho passa a ganhar espaço como problema social tanto nos estudos de economistas e cientistas sociais, quanto no plano das políticas governamentais. A partir dos estudos encontra-se um mosaico de trajetórias percorridas pelos jovens, desconstruindo o modelo único de passagem da escola/universidade ao trabalho. Alguns buscam a inserção por meio de dispositivos públicos, outros buscam oportunidades nas relações familiares ou de vizinhança, retomam e procuram alongar ao máximo possível o tempo de estudos, na expectativa de encontrar ao longo das experiências desenvolvidas durante o curso uma proposta de longo prazo.

Desta forma os percursos de inserção não podem mais ser compreendidos por meio de uma lógica única, baseados em uma racionalidade meramente econômica. No entanto, isto não significa que a inserção leva cada indivíduo a um percurso aleatório baseado em experiências individuais. É possível identificar lógicas socialmente construídas por meio da experiência familiar, escolar e relacional ou específicas de alguns setores de formação. Estas lógicas típicas dependem certamente dos contextos econômicos da inserção, mas são também de crenças compartilhadas por categorias de atores do sistema educacional e profissional (DUBAR, 2001).

Dubar (1991, 1994), compreende o trabalho como o espaço social onde se constroem as identidades socioprofissionais. Essas identidades podem ser entendidas como definições que cada um constrói sobre si, fundadas nas representações do mundo profissional e no lugar ocupado nesse mundo. Elas resultariam da articulação de dois processos identitários: o processo biográfico que leva à construção de uma identidade “para si” a partir de categorias oferecidas por diversas instituições, e um processo relacional, pelo qual cada indivíduo constrói uma identidade “para o outro” baseado no reconhecimento de competências e imagens de si, propostas e expressas pelos indivíduos em cada sistema de ação.

Deve-se levar em conta que o espaço de transição entre escola/universidade e trabalho/emprego é estruturado por jogos complexos de atores sociais que se estendem em contextos históricos e institucionais determinados, mas que possuem funcionamento próprio. A questão de saber se os jovens podem ser ou não atores estratégicos da sua inserção profissional é uma pergunta central na investigação de suas trajetórias.

A implicação das empresas representa um fator importante do sucesso dos dispositivos públicos, uma vez que possibilita a construção de espaços locais nos quais as instituições de formação são eficazmente coordenadas às organizações de trabalho por meio de atores profissionais e com a ajuda dos poderes públicos. Estes espaços são inseparáveis das estratégias dos atores que as definem (DUBAR, 2001).

As estratégias desenvolvidas por esses grupos de atores criam "mundos da inserção" que influenciam as ações de gestores e trabalhadores das empresas, intermediários do emprego, dos parceiros educativos e os segmentos de jovens socialmente identificáveis. Estas redes transversais reúnem pessoas que compartilham, mais ou menos, as mesmas referências, as mesmas concepções do trabalho e a formação, as mesmas experiências e estratégias mais ou menos bem coordenadas. O mundo da aprendizagem, das pequenas e médias empresas, das relações locais de vizinhança não é o mesmo mundo da administração pública, dos concursos, das formações universitárias técnico-profissionais. Estes dois mundos diferem igualmente do da grande empresa competitiva, da concorrência sobre os empregos regulados por gabinetes de recrutamento e a lógica da competência ou a avaliação. Ainda deve-se acrescentar o mundo dos dispositivos públicos de inserção, dos estágios e das atividades de voluntariado. Cada um destes mundos dá origem a mercados de trabalho com “regras” específicas que por sua vez originam diferentes modos de inserção profissional (DUBAR, 2001).

A partir desta análise o autor propõe que a inserção seja compreendida como um processo socialmente construído por atores sociais e instituições (historicamente construídos), lógicas (empresariais) de ação e estratégias de atores, experiências (biográficas) sobre o mercado de trabalho e as heranças sócio-escolares. Ao assumir que a inserção profissional é socialmente construída deve-se levar em conta que ela está inscrita historicamente numa conjuntura político-econômica; que é dependente de uma estrutura institucional que traduz relações específicas entre educação e trabalho; que é dependente das estratégias de atores estando incluídos também aqueles que estão em processo de inserção; e, que estes atores são ligados a trajetórias biográficas, as quais estão pautadas por desigualdades sociais de acesso ao capital cultural.

Nesta perspectiva, a transição da escola/universidade ao trabalho/emprego não pode ser reduzido a mecanismos econômicos de compreensão de um mercado de concorrência perfeita. Deve ser analisado como a resultante de interações diversas e complexas que se situam geralmente em dois níveis: em nível institucional das políticas e dispositivos inseparáveis de uma conjuntura histórica determinada e pontos de vista "empresariais" sobre as relações entre educação e trabalho e a nível individual das relações estratégicas e compreensivas entre os atores de um sistema de ação específico. A análise sociológica proposta pelo autor busca articular estes dois níveis de análise que correspondem a sentido diferente do termo "construção social". As instituições, as lógicas econômicas e administrativas, se desenham em um quadro historicamente determinado e socialmente construído e, conseqüentemente pesam sobre as condições de acesso ao emprego. Os atores sociais empreendem estratégias que se baseiam em interesses econômicos e recursos estratégicos, mas também valores, afinidades culturais e percursos biográficos.

Nesse sentido, a construção das investigações sobre a inserção é própria um processo longo e complexo que requer contínuas reflexões teóricas a fim de torná-lo cumulativo e produzir um quadro teórico consistente. Nesse caminho deve-se lançar mão de estudos de terreno e as abordagens compreensivas que busquem compreender o fenômeno em profundidade e como ocorre em diferentes sociais. Além disso, são também necessários análises sistemáticas e os inquéritos estatísticos longitudinais, para melhor compreensão de aspectos econômicos e políticos conjunturais.

5. Notas para o estudo de inserção profissional do Brasil

No Brasil, a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003ⁱⁱⁱ mostra que quando comparada com outras esferas de sociabilidade o trabalho permanece como a partir da qual os jovens organizam sua vida e, conseqüentemente, o ingresso no mercado de trabalho, uma de suas maiores aspirações. Nestes estudos, o trabalho ocupa lugar de destaque tanto quando os jovens são questionados sobre os problemas da atualidade, quanto ao relacionarem direitos que deveriam também ser assegurados a todos os cidadãos.

Assim, embora sejam importantes os trabalhos desenvolvidos pela fundação Perseu Abramo, e por autores que trabalham grupos específicos como negros e deficientes, ainda não há uma tradição nos estudos sobre inserção no país. Além disso, por normalmente estar voltado para grupos em situação de exclusão (jovens pobres e de baixo nível de instrução) a compreensão de inserção profissional fica bastante próxima da inserção social, muitas vezes considerando como ingresso na vida profissional o simples desenvolvimento de alguma atividade na esfera produtiva, sem analisar como se dá o processo desta inserção e o que ela representa para os jovens em termos de aprendizado sobre o mundo do trabalho na sua experiência de vida. O trabalho, em muitos destes casos é visto apenas como uma forma de subsistência.

De fato, se considerarmos as questões de desigualdade econômica e social, que refletem em um baixo nível de educação e condições de vida, o estudo sobre inserção profissional no contexto brasileiro é bastante distinto daquele do francês, onde necessidades básicas como educação e saúde, segurança e habitação já foram atendidas, tanto a população em geral, quanto os mais jovens podem levantar outras bandeiras, como a de defesa do meio ambiente, dos excluídos e a da melhoria da qualidade de vida (BAQUERO,2004). No entanto, as pesquisas francófonas podem servir como base para a construção de teorias de inserção a partir do contexto nacional.

Para começar a idéia de múltiplas juventudes (GALLAND, 2007) construídas no mundo contemporâneo. Juventudes que são distintas em modos de pensar, de agir e de viver o

processo de passagem à vida adulta e que, por consequência vivem, modos distintos de inserção profissional. As diferenças de sociais e econômicas das diferentes classes bem como particularidades regionais são elementos que tornam ainda mais complexa a compreensão de como se dá esta inserção. No entanto, compreendê-la é fundamental para lançar pistas para compreender como ocorre o primeiro momento de construção da força de trabalho nacional, o desenvolvimento profissional dos jovens e, lançar pistas para futuras políticas públicas e ações governamentais para o setor.

Outro ponto importante diz respeito à compreensão de como as mudanças na esfera do trabalho afetaram e têm afetado o processo de inserção. O crescimento do índice de desemprego soma-se ao excedente de mão-de-obra característico do Brasil e traz consequências mais marcantes sobre aqueles que estão em processo de ingresso no mercado, que ainda não dispõem das competências práticas requeridas. Alguns estudos indicam que a entrada dos jovens no mercado de trabalho tem ocorrido principalmente por meio de prestação de serviços temporários *free-lancers* (BUKHARDT, 2006), por conta própria (IBGE, 2003), movimentos de economia solidária (NARDI, 2005; SINGER, 2002) ou em relações assalariadas precárias, como no caso dos estágios (TREVISAN; WITMANN, 2002; AMORIN *et alii*, 1995). Assim, na busca por oportunidades de trabalho, estes jovens acabam por reforçar a tendência de flexibilização e precarização do trabalho, visto que muitos acabam por se sujeitar a vínculos que os distanciam do trabalho formal.

No caso dos jovens de menor renda e escolaridade as formas de economia solidária representam um primeiro caminho para adquirir experiência no mundo do trabalho. No entanto estas atividades têm uma perspectiva provisória de vínculo, configurando-se como uma alternativa ao desemprego e, ao mesmo tempo, como reconhecimento social, pois o jovem passa a ser visto como um trabalhador e não como desempregado. Os jovens que precisaram trabalhar mais cedo por dificuldades financeiras têm, em sua maioria, um nível de escolaridade mais baixo e recorrem às cooperativas como uma forma de inserção. Já para aqueles que possuem um suporte familiar mais estável ocorrem mais tarde e por iniciativa dos jovens, que procuram experiência profissional e satisfação pessoal (NARDI, 2005). Nesses casos a idéia de inserção fica atrelada à aquisição de experiência profissional para postular uma oportunidade futura, se possível, dentro da esfera do emprego e a subsistência econômica. Mesmo dentro deste modelo, as formas de inserção e expectativas podem ser diversas, em alguns casos estando também ligadas às aspirações políticas dos jovens e comprometimento com esta forma de organização social.

Outro ponto importante diz respeito ao crescimento dos jovens que possuem curso superior no país, que acabam por formar outro grupo juvenil com características bastante distintas daquele citado acima. Desde a década de 1960, os que adotam a teoria do capital humano buscam explicar a correlação entre o crescimento econômico e os níveis educacionais de uma determinada sociedade, atribuindo à falta de qualificação do trabalhador brasileiro a responsabilidade pelos baixos níveis de produtividade e de renda da população (SHIROMA e CAMPOS, 1997).

Ainda nos anos 1960, como resultado da expansão do ensino secundário, aumenta o número dos estudantes que, aprovados nos concursos vestibulares, não conseguem obter vagas no ensino superior – predominantemente pública e com vagas limitadas –, fato que vem a incentivar a expansão da rede privada de ensino superior (PAULA, 2003). A partir deste período aumenta o ingresso de estudantes das classes populares na universidade, antes um reduto exclusivo das elites e camadas médias superiores.

Na década de 1990, soma-se ao histórico discurso da falta da mão-de-obra preparada, a necessidade de um trabalhador mais qualificado e polivalente, para atuar dentro de um novo cenário em que a inovação tecnológica permanente e a participação do trabalhador são

fundamentais para a produtividade fabril. Neste período, as políticas educacionais de inspiração neoliberal, servindo-se do discurso democratizante de ampliação do acesso ao nível superior ampliam a tendência dos anos anteriores e consolidam a iniciativa privada, além de permitir a criação de novas modalidades de cursos superiores de curta duração.

Embora o nível da formação proporcionada por algumas destas instituições possa ser questionado^{iv}, é inegável que a qualificação de nível superior no país atingiu um maior número de pessoas que em décadas anteriores. Entretanto não se observa a redução dos números do desemprego, ao contrário, atualmente observa-se que os mais escolarizados são aqueles que têm maiores dificuldades em encontrar ocupação.

Considerando que o país nas duas últimas décadas foi marcado por uma situação de reduzido desenvolvimento econômico, poucos investimentos em tecnologia e aumento da precariedade dos postos de trabalho, a ampliação da escolaridade não foi suficiente para gerar mais empregos (POCHMANN, 2006). Desta forma, a expectativa criada pelo prolongamento das trajetórias escolares ao longo das décadas de 1980 e 1990 resultou na desqualificação dos diplomas e a extensão do desemprego aos níveis mais elevados de escolaridade.

Assim, embora a população juvenil tenha se tornado mais escolarizada, não se encontra menos sujeita ao perigo da exclusão social. O aumento da escolaridade suscita expectativas de mobilidade social que se mostram difíceis de concretizar para parte significativa dos jovens nas atuais condições do mercado de trabalho. Assim, a ampliação da escolarização entre jovens trouxe maiores aspirações que, não concretizadas, acabam por criar uma maior frustração quanto à realização profissional. Além disso, a concorrência exacerbada que reina em algumas fases do ciclo escolar – como no acesso ao ensino superior – tende a reforçar atitudes de competição e individualismo.

Assim, muitos jovens universitários, tão logo ingressam na faculdade, são fortemente estimulados pela família e por outros grupos primários (amigos, colegas, etc.) a buscarem trabalho. Tal estímulo tem resultado em formas de inserção autônomas (*free-lancers*, cooperativas, por conta própria) e/ou precária, que podem ser observadas, sobretudo, nos estágios extracurriculares. Além disso, como consequência da ampliação dos cursos de nível superior observa-se um excedente de títulos universitários sem o esperado retorno social e econômico, que reforça a concorrência entre jovens em busca de oportunidades e a estimular a busca pelos estágios como meio de inserção profissional.

No caso do trabalho *free-lancer* o processo de inserção ocorre à margem do modelo empresarial tradicional, tendo o jovem de construir sua experiência baseado na vivência pessoal e na “venda” permanente do seu trabalho. A inserção, neste caso pode não estar relacionada com a chegada a um posto fixo, mas sim à aquisição de experiência necessária para montar uma carteira de clientes ou a formação de redes de relacionamento que permitem manter o trabalho. Além disso, neste caso, o aprendizado das regras e noções de atividade profissional é tratada individualmente pelo jovem, distante da experiência coletiva do mundo empresarial.

Já o estágio tem se configurado como uma alternativa de inserção no mercado que possibilita adquirirem experiência profissional e alcançar melhores oportunidades futuras, durante o estágio o jovem tem uma complementação do conhecimento teórico recebido na escola/universidade permitindo conhecer a esfera do trabalho. No entanto, Abreu *et alii* (2004), ressaltam que além da concorrência para conseguir um estágio nas empresas mais prestigiadas, os jovens universitários têm vivenciado uma série de dificuldades e conflitos nas experiências laborais: a) o valor reduzido da bolsa-estágio exclui aqueles que dispõem de menos recursos e necessitam sustentar seus estudos, reduzindo possibilidades de colocação em suas áreas de formação. b) conflito entre aprendizado e a experiência profissional, visto que grande parte dos estágios é de tempo integral, sem preocupação com horários de aulas ou

o aproveitamento acadêmico; c) trabalho desvalorizado, repetitivo, e que pouco ou nada acrescenta à sua formação profissional, embora para os estudantes este seja uma forma importante de ingresso no mundo do trabalho e de experiência profissional; d) o número de empresas que realmente efetiva seus estagiários ainda é pequeno, sendo prática de muitas organizações encerrarem o contrato quando o estudante conclui o curso, ou manter vagas de estágio permanentes, como outros cargos da organização.

Cada uma destas juventudes brevemente apresentadas acima passa por processos de inserção distintos e influência de atores de contextos diferentes. Contextos estes que tendem a serem formados por especificidades estruturais e institucionais (mercado de trabalho, sistema educativo, políticas sociais) - tanto regionais como nacionais -, mas também por relações e tradições culturais (objetivadas individual e socialmente). Essa constatação reforça a natureza multicontextual e diferenciada das sociedades contemporâneas, requerendo estudos mais profundos sobre a inserção de cada grupo juvenil.

* * *

Este texto não tem por objetivo apresentar uma proposta acabada, mas sim trazer para a pauta de discussão da área de relações de trabalho a questão da inserção profissional. O referencial nacional insuficiente nos levou a buscar construções teóricas de outros contextos, sendo aqui focadas nas contribuições francesas sobre o tema. No entanto, sabe-se que apesar deste referencial apresentar uma série conceitos e modos de compreensão do processo de inserção, é preciso trazê-lo para o contexto nacional e assim, criar nossas próprias teorias de inserção.

Ao final, buscamos lançar algumas idéias sobre os múltiplos contextos nos quais se constrói a inserção no profissional no Brasil, entretanto estas são apenas reflexões iniciais para destacar a diversidade e amplitude de possibilidades de tratar o tema dentro da nossa realidade. Assim, faz-se necessário ampliar esta discussão e aprofundar os trabalhos sobre os modelos de inserção de cada grupo juvenil, uma vez que é neste momento de inserção que começam a se construir as relações de trabalho que vão caracterizar toda uma geração de trabalhadores.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- AMORIM, Tânia Nobre Gonçalves Ferreira Ter estagiários de administração: bom só para as empresas? VI ENANGRAD Encontro Nacional dos Estudantes de Graduação. **Anais...ENANGRAD**: Natal, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAQUERO, Cesar Marcello. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004
- BURKHARDT, Fabiano. **Jornalistas *Free-lancers*: Trabalho precário na grande imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS. 2006.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo em Perspectiva**, Mar 2000, vol.14, no.1, p.61-72
- CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat**. Paris: Gallimard, 1999.
- CHARLOT, Bernard; GLASMAN, Dominique. **Les jeunes, l'insertion, l'emploi**. Paris: PUF, 1998
- CORDEIRO, João Pedro. Modalidades de Inserção Profissional dos Quadros Superiores nas Empresas. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 38, 2002, pp. 79-98

- DUBAR, Claude. La construction sociale de l'insertion professionnelle. **Education et Sociétés**, 7, 1, pp. 23-36. 2001
- DUBAR, Claude. **La socialisation**. Construction des identités sociales et professionnelles. Paris: Armand Colin. (1991).
- DUBAR, Claude. (1994b). L'insertion comme articulation temporelle du biographique et du structurel. **Revue Française de Sociologie**, 35, pp. 283-291.
- FONDEUR, Yannick; LEFRESNE, Florence. Les jeunes, vecteurs de la transformation structurelle des normes d'emploi en Europe? In: **Travail et Emploi**, N° 83, Juillet 2000. pp. 115-134.
- FREYSSINET, Jacques. Les jeunes face à l'emploi. L'apport de l'économie du travail. In M. Lurol (coord.) **Les jeunes et l'emploi**. Recherches pluridisciplinaires. Paris: La Documentation Française, 1996. p. 55-111.
- GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse**. Paris: A. Colin, 2007.
- LOCHET, Jean-François. L'insertion structurée par les pratiques de recrutement des entreprises. In : VERNIERES, M., **L'insertion professionnelle**, analyses et débats. 1997
- SANTOS, Theotonio dos. **Revolução científico-técnica e acumulação do capital**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LUROL, M. (coord.) **Les jeunes et l'emploi**: recherches pluridisciplinaires. Direction de l'animation de la recherche, des études et des statistiques. Paris : la Documentation française, DL 1996.
- MARCHAND, Olivier. **Gestion des âges et flexibilité du marché du travail**. In: Travail et Emploi, N 100, Octobre 2004.
- MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo Perspectiva**, Mar 2000, vol.14, no.1, p.41-60.
- MORTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação**. *Tempo social*, Nov 2001, vol.13, no.2, p.61-87.
- NARDI, Henrique Caetano; YATES, Denise Balem. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à economia solidária. **Estudos em Psicologia (Natal)**, Natal, v. 10, n. 1, 2005
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal; ROULLEAU-BERGER, Laurance. **Les jeunes et le travail 1950-2000**. Paris: PUF. 2001.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal; ROULLEAU-BERGER, Laurance. **L'insertion des jeunes en France**. Paris: PUF. 2006.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Global Employment Trends. 2006**. Disponível em: www.oit.org
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Global Employment Trends. 2005**. Disponível em: www.oit.org
- PAIS, José Machado, CAIRNS, David e PAPPAMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo Social**. Nov. 2005, vol.17, n°2, p.109-140.
- PAULA, Lucília Augusta Lino de. Protagonismo juvenil e movimento estudantil: uma estratégia de distinção?. In: **26ª reunião Anual da ANPED, 2003**, Poços de Caldas - MG. 2003.
- POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ROSE, José. **Les jeunes face à l'emploi**. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.
- SHIROMA, Eneida Oto y CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: o estado da arte das pesquisas em educação. **Educação e Sociedade**. Dez, 1997, vol.18, n°61, p.13-35
- TREVISAN, Marcelo ; WITTMANN, Milton Luiz . Estágios extracurriculares e a formação de administradores. In: **XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD**, 2002, Salvador.
- VINCENS, Jean. L'insertion professionnelle des jeunes: à La recherche d'une définition conventionnelle. In: **Formation et emploi**, n° 60, oct-dec, PP. 21-36.

VERNIERES, M., **L'insertion professionnelle**, analyses et debats. 1997

VILLELA, L. E. ; NASCIMENTO, Leyla Maria Felix do. Competências pós-industriais exigidas pelas empresas a estagiários e recém-formados: pesquisa de campo elaborada junto a sete unidades do CIEE localizadas nas maiores regiões metropolitanas do Brasil. In: **XXVII EnANPAD 2003**, 2003, Atibaia/SP.

ⁱ O termo é empregado no plural por considerar o conceito abordado por Rocha-de-Oliveira, 2007.

ⁱⁱ O termo entrada na vida ativa segue sendo utilizado principalmente por autores da sociologia da juventude como Oliver Galland. Ver : GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse**. Paris: A. Colin, 2007.

ⁱⁱⁱ Foram realizadas 3.501 entrevistas com jovens entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios do Brasil

^{iv} Segundo Calderon, (2000) e Martins (2000) muito mais do que um estímulo à formação o que se desenvolveu foi um mercado para o comércio do ensino de nível superior, onde muitas organizações educacionais atuam como empresas considerando o ensino uma mercadoria como qualquer outra, deixando para segundo plano o aprendizado do aluno.